

# Acessibilidade nas escolas de ensino fundamental de um município da região oeste de São Paulo<sup>1</sup>

José Médice<sup>a</sup>, Fabiana Cristina Frigieri De Vitta<sup>b</sup>, Marta Helena Souza De Conti<sup>c</sup>,  
Leandro Osni Zaniolo<sup>d</sup>, Alberto De Vitta<sup>c</sup>

<sup>a</sup>Universidade do Sagrado Coração – USC, Bauru, SP, Brasil.

<sup>b</sup>Departamento de Educação Especial, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, SP, Brasil.

<sup>c</sup>Curso de Fisioterapia, Universidade do Sagrado Coração – USC, Bauru, SP, Brasil.

<sup>d</sup>Departamento de Psicologia da Educação, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, SP, Brasil.

**Resumo:** Este estudo teve como objetivos identificar e descrever as barreiras arquitetônicas em escolas de Ensino Fundamental, antes e depois da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, para mapear as condições arquitetônicas de acesso em 14 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de uma cidade de médio porte da região oeste do Estado de São Paulo. Os ambientes foram visitados e realizou-se a coleta de informações com a utilização de protocolo padronizado. Os dados foram comparados aos estabelecidos pela ABNT-9050 e categorizados em adequados e inadequados. Observou-se que 100% das escolas, antes e depois da LDB, não apresentavam piso antiderrapante, tátil de alerta e direcional; os acessos, rampas e escadas não apresentavam guias e balizamentos; as dimensões, a empunhadura e o deslizamento dos corrimãos eram inadequados; os sanitários não tinham área de transferências, espelhos e lavatórios adaptados; não possuíam mobiliário externo, como bebedouros e balcões de atendimento adaptados e bibliotecas adaptadas. Portanto, este estudo permitiu inferir que as escolas instaladas, pré e pós-LDB, apresentaram diversos itens inadequados às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Palavras-chave:** *Acessibilidade, Escolas, Barreiras Arquitetônicas.*

## Accessibility in the elementary schools of a municipality west of São Paulo

**Abstract:** This study aimed to identify and describe the architectural barriers in elementary schools, before and after the Law of Guidelines and Bases (LDB). It is a cross-sectional, descriptive research to map the architectural conditions of access in fourteen elementary schools in the municipal schools network in a medium-sized city in the western region of the state of São Paulo. The environments were visited and data collection was performed using a standardized protocol. Data was compared to those established by ABNT-9050 and categorized into appropriate and inappropriate. It was observed that 100% of schools before and after LDB, had no anti-slip flooring, tactile warning and directional; accesses, ramps and stairs had no guides and guideposts; dimensions, grip and slip handrails were inadequate, the toilets had no transition area, mirrors and sinks were not adapted; there was no outside furniture such as drinkers and tailored service counters and adapted libraries. Therefore, this study also has shown that schools installed, pre and post LDB presented several inappropriate items to the ABNT (Brazilian Association of Technical Standards) standards.

**Keywords:** *Accessibility, Schools, Architectural Barriers.*

## 1 Introdução

Barreiras arquitetônicas (ambientais, naturais ou resultantes de implantações arquitetônicas e urbanísticas) são obstáculos no meio urbano ou nos edifícios (EMMEL; CASTRO, 2003), encontrados pelas pessoas diariamente e que dificultam o direito mais básico do cidadão: o ir e vir. Estas prejudicam a acessibilidade, dificultando a convivência, interferindo nas relações interpessoais e nos comportamentos.

Gasparoto e Alpino (2012) destacam que a ausência de adaptações ambientais apropriadas prejudica a acessibilidade e a participação do indivíduo na sociedade sob vários aspectos, limitando e/ou impedindo sua participação plena como cidadão.

A acessibilidade é definida como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994; BRASIL, 1999).

O termo “acessibilidade” evoluiu desde o final da década de 1940, considerado, então, como a prática de favorecer a reintegração de adultos com necessidades especiais e em processo de reabilitação, por meio de um conjunto de medidas a serem tomadas a fim de propiciar o mais alto grau possível de autonomia ao indivíduo, quer fosse na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade, de maneira geral. Na década de 1960, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas existentes em suas áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes e banheiros (MORAES, 2007).

Na década de 1980, surgiu o conceito de inclusão, contrapondo-se ao de integração, que atribuía apenas ao indivíduo com deficiência a responsabilidade de se tornar apto a frequentar os diversos setores da sociedade, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). Na década de 1990, ficou mais claro que a acessibilidade deveria seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios são projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004).

Nos últimos anos, tem-se notado uma preocupação progressiva com as questões de acessibilidade de pessoas idosas e com deficiências físicas aos espaços, sejam estes de uso público ou não. Tal mudança de atitude se deve, em parte, a uma mudança

de pensamento, pois essas pessoas constituem, não mais uma minoria, mas sim um percentual considerável: no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, estima-se tal percentual em cerca de 10% a 15% da população, o que significava que, em fins do século XX, aproximadamente 19 milhões de indivíduos necessitavam desta mudança (BRASIL, 2000). Nos dados do Censo de 2010, do total da população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual (18,6%), motora (7%), auditiva (5,10%) e mental ou intelectual (1,4%), sendo que 26,5% são mulheres e 21,2% são homens (INSTITUTO..., 2010).

Diante desse panorama – embora a Constituição Federal (1988) vigente seja norteadora pelo princípio de que o direito de livre acesso ao meio físico e de livre locomoção é parte indissociável aos Direitos Humanos –, falta ainda a concretização dessa obrigatoriedade, bem como a articulação entre a Lei e os já existentes parâmetros estabelecidos pelos preceitos técnicos da acessibilidade da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR 9050/94) da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

As novas Leis Nacionais obrigam os arquitetos a adotarem parâmetros técnicos de acessibilidade ambiental em seus projetos arquitetônicos, com o objetivo de eliminar barreiras e obstáculos à utilização dos espaços construídos pelas pessoas com deficiência, permitindo sua inclusão social (BRASIL, 2005). Estes parâmetros técnicos, por sua vez, devem ser baseados nos critérios das normas técnicas da ABNT.

Apesar de existirem iniciativas governamentais para garantir a acessibilidade das pessoas que possuem necessidades especiais, é imprescindível que estas sejam efetivadas nas três esferas do poder público.

[...] por meio de uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da união, dos estados e dos municípios, é possível criar condição para que as pessoas, independente das suas diferenças, tenham efetivados os seus direitos à educação (SIQUEIRA; SANTANA, 2010, p.128).

No entanto, atualmente, a acessibilidade física das escolas pode estar comprometida pela presença de barreiras arquitetônicas que, na maioria das vezes, foram construídas em épocas não muito recentes, quando o paradigma da inclusão e a filosofia do desenho universal não eram concebidos pela arquitetura dos edifícios públicos e não se considerava a presença de pessoas com deficiências em escolas públicas (CORRÊA; MANZINI, 2012).

Estudo realizado na Região Norte do Brasil revelou que as escolas, de maneira geral, não estão adaptadas para receber o aluno com deficiência não somente por apresentar barreiras arquitetônicas, mas também pela escassez de recursos e materiais especiais, o que pode limitar o atendimento educacional aos educandos com deficiência e indicar a falta do conhecimento exato de seu diagnóstico clínico (TADA et al., 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, e igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Em relação a esse último princípio, a Brasil (1996) inova ao introduzir um capítulo (Capítulo V), que trata especificamente do direito dos 'educandos portadores de necessidades especiais' (Art. 58) à educação, preferencialmente nas escolas regulares, e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como das escolas em responderem a essas necessidades, desde a Educação Infantil.

Em consonância com a LDB, em 2004, foi regulamentada a Lei da Acessibilidade (BRASIL, 2000), que trata da acessibilidade ao meio físico (edifícios, vias públicas, mobiliário, equipamentos urbanos, etc.) e aos sistemas de transporte, de comunicação e informação, e de ajudas técnicas. Tal lei representa um passo decisivo para a inclusão de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida nas várias esferas da vida humana, incluindo escola, serviços de saúde, mercado de trabalho, lazer, turismo e acesso à cultura.

A legislação deveria representar um avanço no acesso, na permanência e no sucesso de escolares com deficiência; contudo, de acordo com Audi (2004), várias edificações já foram construídas sem a preocupação de incorporar os conceitos de inclusão, acessibilidade e desenho universal, e, portanto, a avaliação das condições de acessibilidade é indispensável para o provimento de melhorias nas escolas que já foram construídas.

Considerando-se o referencial teórico exposto acima, os objetivos do presente estudo foram identificar e descrever as barreiras arquitetônicas em escolas municipais de Ensino Fundamental de um município de porte médio da região oeste do Estado de São Paulo, antes e depois da LDB.

## 2 Método

Tratou-se de uma pesquisa transversal e descritiva, centrada em fatos objetivamente detectáveis e observáveis, visando ao mapeamento das condições arquitetônicas de acesso, não prevendo, dessa forma, o controle de variáveis (LEOPARDI et al., 2001).

O estudo foi desenvolvido em todas as 14 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de uma cidade de médio porte da região oeste do Estado de São Paulo, com aproximadamente 75 mil habitantes (INSTITUTO..., 2013a), sendo que cinco destas foram construídas antes da promulgação da Brasil (1996) e nove, depois da implantação da mesma.

Para a operacionalização da variável do estudo, foi considerado como barreira qualquer entrave que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. Barreiras arquitetônicas urbanísticas foram consideradas aquelas que, nas edificações, estão relacionadas às estruturas internas dos prédios, como escadas, corrimãos e rampas (RULLI NETO, 2002). A acessibilidade foi considerada como a possibilidade e a condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, além das edificações, por pessoas idosas, com deficiência ou com qualquer comprometimento temporário (RULLI NETO, 2002).

Os procedimentos de coleta de dados tiveram início a partir da emissão de uma carta de autorização pela Secretária Municipal de Educação e, posteriormente, aos diretores das escolas, que então já haviam sido informados sobre todas as etapas da pesquisa.

De acordo com o protocolo proposto por Foti (2004), para a coleta de dados propriamente dita, o pesquisador percorreu os diversos ambientes e realizou as observações e, para as mensurações, utilizou-se uma trena.

O protocolo foi composto dos seguintes itens, com as respectivas características: pisos (regular, antiderrapante, inclinação, tátil de alerta e tátil direcional); desníveis (regular, altura e inclinação); grelhas e valetas (com ou sem grades); capachos, forrações e tapetes (fixos, altura, localização, tipo); acessos (adaptados, presença de catracas e cancelas, presença de porta giratória); rampas (inclinação, largura, tipo de corrimão, guias/balizamento); escadas (presença de corrimão, associado à rampa ou ao equipamento de transporte vertical, dimensões dos degraus e guias/balizamentos); corredores (largura); portas (largura); mecanismo de acionamento das portas (tipo e altura); rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres (presença e localização); sanitários/vestiários

(bacia infantil, barras de apoios adaptadas, área de transferência, localização, lavatórios adaptados e espelhos adaptados), mobiliário externo (bebedouro adaptado e balcão de atendimento adaptado); biblioteca (fichários adaptados, salas adaptadas de escrita e leitura, balcão de atendimento adaptado e terminal de consulta adaptado).

Os dados foram comparados aos estabelecidos pela ABNT-9050 (parâmetros antropométricos, acessos e circulação, sanitários/vestuários e a biblioteca) e categorizados em adequados e inadequados.

### 3 Resultados e discussão

A seguir, estão apresentados os resultados encontrados no presente estudo. A Tabela 1 mostra as porcentagens das características de piso, desníveis, tapetes e capachos, e grelhas/valetas, nas escolas.

Observa-se que 100% das escolas, antes e depois da LDB, não apresentavam piso antiderrapante, tátil de alerta e direcional, nos diversos setores analisados, em concordância aos dados verificados por Corrêa e Manzini (2012) em escolas de Educação Infantil, enquanto que, nas escolas avaliadas por Ribeiro e Busto (2011), 80% possuíam piso antiderrapante e 20% não possuíam.

Para as características referentes aos acessos, rampas e escadas (Tabela 2), nota-se que as escolas não apresentavam guias/balizamentos de acordo com a ABNT, apresentavam corrimãos com dimensões, empunhadura e deslizamento inadequados, e as escadas não estavam associadas a rampas. Dados semelhantes foram obtidos por Fagundes e Scarpi (2002) e Lamônica et al. (2008).

Na Tabela 3, é possível verificar que as escolas avaliadas tinham maçanetas do tipo alavanca;

**Tabela 1.** Porcentagem das características de piso, desníveis, tapetes e capachos, e grelhas/valetas nas escolas.

Variáveis	Características	Escolas			
		Antes da LDB		Depois da LDB	
		Adequados	Inadequados	Adequados	Inadequados
Pisos	Liso	100%	-	100%	-
	Antiderrapante	-	100%	-	100%
	Tátil de alerta	-	100%	-	100%
	Tátil direcional	-	100%	-	100%
Desníveis	Até 5 mm	100%	-	100%	-
	Acima de 5 mm	-	100%	-	100%
Capachos, tapetes e forrações	Altura superior a 6 mm	-	100%	-	100%
	Altura até 6 mm	-	100%	-	100%
	Embutidos no piso	100%	-	100%	-
Grelha e valetas	Com grades	100%	-	100%	-
	Sem grades	-	100%	-	100%

**Tabela 2.** Porcentagem das características de rampas, escadas e acessos nas escolas.

Variáveis	Características	Escolas			
		Antes da LDB		Depois da LDB	
		Adequados	Inadequados	Adequados	Inadequados
Acessos	Regular	100%	-	100%	-
	Catracas e cancelas	-	100%	-	100%
	Porta giratória	-	100%	-	100%
Rampas	Inclinação	100%	-	100%	-
	Largura	100%	-	100%	-
	Guias/balizamento	-	100%	-	100%
Escadas	Corrimão	-	100%	-	100%
	Corrimão	-	100%	-	100%
	Altura/largura do degrau	100%	-	100%	-
	Associadas às rampas	-	-	-	-
	Não associadas às rampas	-	100%	-	100%
	Guias/balizamento	-	100%	-	100%

**Tabela 3.** Porcentagem das características de maçanetas, portas, corredores, circulação externa, sanitários, mobiliário externo e bibliotecas nas escolas.

Variáveis	Características	Escolas			
		Antes da LDB		Depois da LDB	
		Adequados	Inadequados	Adequados	Inadequados
Maçanetas	Tipo Alavanca	100%	-	100%	-
	altura entre 70 a 90 cm	-	-	-	-
	altura superior a 90 cm	-	100%	-	100%
Portas	Largura menor 80 cm	-	-	-	-
	Largura maior 80 cm	-	100%	-	100%
Corredores	Largura menor 1,20 m	-	10%	-	10%
	Largura maior 1,50 m	-	75%	-	80%
	Largura entre 1,20 cm e 1,50 cm	-	15%	-	10%
Circulação externa	Rebaixamento calçado	100%	-	100%	-
	Faixa de pedestre	100%	-	100%	-
Sanitários	Bacia infantil	-	100%	-	100%
	Barras de apoio adaptadas	100%	-	100%	-
	Área de transferência	-	100%	-	100%
Mobiliário externo	Lavatórios adaptados	-	100%	-	100%
	Espelhos adaptados	-	100%	-	100%
	Bebedouro adaptado	-	100%	-	100%
	Balcão de atendimento adaptado	-	100%	-	100%
Biblioteca	Fichários adaptados	-	100%	-	100%
	Sala para leitura e estudo adaptada	-	100%	-	100%
	Balcão de atendimento adaptado	-	100%	-	100%
	Terminal de consulta adaptado	-	100%	-	100%

no entanto, estas não possuíam mecanismos de acionamentos fixados na altura correta. Esse item é importante pelo fato de ser fácil de manuseá-la e, estando na altura correta, permite que alunos de baixa estatura e com cadeiras de rodas possam acioná-las com facilidade (CORRÊA; MANZINI, 2012).

Quanto aos corredores, a maioria apresentava a largura maior que 1,50 m. Observa-se que todas as escolas avaliadas não possuíam mobiliário externo e bibliotecas adaptadas, em concordância com os dados de Ribeiro e Busto (2011) e Gomes (2011).

Em relação aos sanitários, nota-se que todas as escolas avaliadas não possuíam área de transferências, espelhos e lavatórios adaptados. Resultados semelhantes foram observados por Costa e Oliveira (2006), Paura e Bartholomei (2006), Duarte e Cohen (2006) e Boschi et al. (2011).

Observando-se os dados de uma maneira geral, pode-se constatar que não houve mudanças efetivas nas edificações após a LDB. Conforme Ribeiro (2004), tal fato pode relacionar-se à baixa qualidade dos projetos arquitetônicos, atribuída à urgência e aos custos implicados, e à pouca importância dada às escolas destinadas às classes populares. Assim, o espaço escolar continua sendo pensado, projetado e construído para o aluno padrão, ou seja, sem necessidades especiais. Nessas circunstâncias, os espaços escolares não são educativos, principalmente para os alunos com deficiências físicas, mentais e sensoriais, na medida em que lhes são negadas as condições mínimas de acessibilidade, autonomia e interação (RIBEIRO, 2004).

Os dados do censo escolar de 2013 mostram que o índice de acessibilidade na rede pública é de



19,0% e, na particular, é de 31,0%, sendo que, no Estado de São Paulo, apenas 16% das escolas públicas e particulares apresentam dependências acessíveis às pessoas com deficiências (INSTITUTO..., 2013b).

Na literatura, observam-se diversos estudos que versam sobre a acessibilidade em diferentes ambientes. Em Sobral (CE), as principais barreiras físicas encontradas pelos portadores de deficiência em áreas internas de quatro hospitais foram: escadaria sem corrimão, obstáculos nas áreas internas de circulação (100%), piso das rampas não antiderrapantes (100%); rampas e escadas com corrimão, mas fora do padrão legal, bebedouros e telefones não acessíveis (PAGLIUCA; ARAGÃO; ALMEIDA, 2007).

Lamônica e colaboradores (2008) analisaram um ambiente universitário e constaram que os principais obstáculos à acessibilidade foram a escada sem corrimão e sem contraste de cor nos degraus; a ausência de corrimãos e/ou guarda-corpos normatizados, de banheiros adaptados, de rampas de acesso para cadeirantes, de sinalização tátil no chão; a falta de manutenção de ruas e calçadas, bueiros sem tampa ou grades de proteção; os desníveis nas portas maiores que 5 cm; portas e corredores estreitos (menor que 85 cm); catracas sem porta alternativa, e banheiros não adaptados. Gasparoto e Alpino (2012) verificaram que os desníveis, aclives e pisos lisos nas rotas de acesso, e a inadequação da largura de portas de banheiros foram as principais barreiras arquitetônicas encontradas no ambiente domiciliar de crianças com deficiência física.

Em Londrina (PR), 70% das escolas não possuem corrimãos para o livre acesso dos alunos às instalações; 60% não possuem vasos sanitários adaptados para os alunos com deficiência, e 80% das escolas não possuem bebedouros adaptados (RIBEIRO; BUSTO, 2011). Em nove escolas do Ensino Fundamental de uma cidade do interior de São Paulo, foi verificado que nenhuma apresentava bebedouro adaptado, reserva de vagas para pessoas com deficiência e balcão de atendimento na secretaria na altura adequada (PAULINO; CORREA; MANZINI, 2008).

Em Chapecó-SC, das 27 escolas do município analisadas, todas se apresentaram acessíveis em relação à circulação interna, sendo que dez delas possuem rampa de acesso, treze possuem banheiros adaptados, 11 possuem bebedouros adaptados e nenhuma apresenta sinalização para pessoas com deficiência física (GALLO; ORSO; FIÓRIO, 2011).

Quaresma (2002) relata que os principais problemas das instituições de ensino são caracterizados pelo acesso, pela circulação e pela falta de adaptações

quanto aos sanitários. Ressalta também que os obstáculos arquitetônicos interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Esse conjunto de itens inadequados quanto à acessibilidade limita e/ou impede a inclusão de indivíduos com deficiência, prejudicando a oferta de educação igualitária com qualidade e, conseqüentemente, não contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades humanas e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Os achados deste estudo são importantes não só para as discussões no âmbito educacional, para o acesso de todos à educação, mas têm relação com os determinantes sociais de saúde que se referem às “[...] condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população (que) estão relacionadas com sua situação de saúde [...]” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78). Esses autores relatam que o estudo destes fatores permite definir intervenções, identificando onde e como estas devem ser feitas, provocando maior impacto.

As barreiras arquitetônicas são meras projeções da sociedade e de seus valores sociais. Esse processo não se dá direta e mecanicamente; ao contrário, sofre influências e mediações de outras instâncias, principalmente econômicas (custo, matéria-prima, mão de obra), geográficas (localização, condições geológicas e topográficas, clima) e estéticas (*design*, estilo, beleza). O que se enfatiza é que os valores sociais e ideológicos – entre os quais o padrão físico do ser humano – estão presentes em cada uma das instâncias referidas e no todo envolvido, sendo, por conseguinte internalizados pelos responsáveis pelo espaço: planejadores, administradores públicos, construtores, arquitetos, engenheiros, etc., que acabam por reproduzi-los sem questioná-los.

Medidas para solucionar os problemas causados pelas barreiras arquitetônicas podem ser tomadas tanto pelo poder público local como pelas próprias instituições. Porém, a conscientização dos arquitetos e engenheiros de projetos escolares é o principal alvo a ser atingido. Também é necessário que as políticas locais atentem para essas necessidades, pois as construções ou reformas de edifícios escolares precisam ser pensadas não só para o hoje, mas também para as gerações futuras.

Siqueira e Santana (2010, p. 135), ao estudarem a acessibilidade no ensino superior, destacam que nas últimas décadas avançou-se em relação aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, mas que “[...] ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso

e da permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais.”

Os benefícios de ações que visem ao bem-estar dos seres humanos e que venham a se concretizar poderão atingir a todos em favor da saúde coletiva da comunidade do entorno das unidades escolares do município.

## 4 Conclusão

As observações e mensurações coletadas no presente estudo permitiram verificar que 100% das escolas, antes e depois da LDB, apresentaram diversos itens inadequados às normas da ABNT, tais como: piso antiderrapante, tátil de alerta e direcional; os acessos, rampas e escadas; as dimensões, a empunhadura e o deslizamento dos corrimãos; os sanitários, espelhos, lavatórios, bebedouros e balcões de atendimento, e as bibliotecas.

O que se pode ver é que existe uma lei que estabelece normas e critérios básicos para que se promova o acesso das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida, e que esta não está sendo cumprida, gerando ainda mais exclusão.

Os dados desta investigação fornecem informações relevantes para os gestores escolares, tanto da rede pública quanto privada, discutirem sobre a acessibilidade e reivindicarem ações que venham a concretizar o necessário estabelecimento de uma rede de ensino que atenda a todos, sem distinção.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICA – ABNT. *NBR 9050. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)> Acesso em: 05 mar. 2013.

AUDI, E. M. M. *Protocolo para a avaliação da acessibilidade física em escolas de ensino fundamental*. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

BOSCHI, S. R. M. S. et al. Acessibilidade de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas. In: CASTILHO-WEINERT, L. V.; FORTI-BELLANI, C. D. *Fisioterapia em neuropsiquiatria*. Curitiba: Omnipax, 2011. p. 289-304.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência*: Lei n. 7853/89, Decreto n. 914/93. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 20 dez.1996.

BRASIL. Projeto de lei nº 4767/98, de 9 de setembro de 1998. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário [da] Câmara dos Deputados*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1999.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial – SEESP. *Direito à educação*. Necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial – SEESP. *A fundamentação filosófica*. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial – SEESP. *Ensaio Pedagógicos – construindo escolas inclusivas*. Brasília: SEESP, 2005.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 2, p. 213-230, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000200004>.

COSTA, J. C.; OLIVEIRA, S. G. Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 27, p. 1-5, 2006.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. In: NUTAU 2006: DEMANDAS SOCIAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A CIDADE, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006.

EMMEL, E. M. G.; CASTRO, C. B. Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR. In: MARQUEZINI, M. C. *Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais*. Londrina: UEL, 2003. p. 177-183.

FAGUNDES, S. M. S.; SCARPI, M. J. Barreiras arquitetônicas em hospital de olhos. *Revista de Administração em Saúde*, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 19-26, 2002.

- FOTI, D. Atividades de vida diária. In: PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. *Terapia ocupacional: capacidades práticas para as disfunções físicas*. São Paulo: Roca, 2004. p. 133-183.
- GALLO, E. C.; ORSO, K. D.; FIÓRIO, F. B. Análise da acessibilidade das pessoas com deficiência física nas escolas de Chapecó-SC e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 201-207, 2011.
- GASPAROTO, M. C.; ALPINO, A. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 2, p. 337-354, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000200011>.
- GOMES, F. C. *Acessibilidade e inclusão: um estudo da biblioteca da Edgar Sperber da Escola de Educação Física da UFRGS*. 2011. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2013a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul>>. Acesso em: 04 abr. 2013b.
- LAMÔNICA, D. A. C. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 14, n. 2, p. 177-188, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000200003>.
- LEOPARDI, M. T. et al. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti, 2001.
- MORAES, M. G. *Acessibilidade e inclusão social em escolas*. 2007. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007.
- PAGLIUCA, L. M. F.; ARAGAO, A. E. A.; ALMEIDA, P. C. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. *Revista da escola de enfermagem USP*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 581-588, 2007.
- PAULINO, V. C.; CORREA, P. M.; MANZINI, E. J. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove escolas municipais do ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, Marília, v. 8, n. 1, p. 59-74, 2008.
- PAURA, G. C.; BARTHOLOMEI, C. L. B. Acessibilidade arquitetônica e urbanística: estudo de caso e levantamento de informações em Presidente Prudente. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2006, Presidente Prudente. *Anais... Presidente Prudente: Unesp*, 2006, v. 2, p. 1-14.
- QUARESMA, R. Comentários à legislação constitucional aplicável às pessoas portadoras de deficiência. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, v. 1, n. 14, p. 1-28, 2002.
- RIBEIRO, S. L. Espaço escolar: um elemento (in) visível no currículo. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 31, p. 103-118, 2004.
- RIBEIRO, C. L.; BUSTO, R. M. Acessibilidade arquitetônica da rede municipal de educação da cidade de Londrina para as aulas de Educação Física. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. *Anais... Londrina: ABPEE*, 2011. p. 876-891.
- RULLI NETO, A. *Direitos do portador de necessidades especiais*. São Paulo: Fiúza Editores, 2002.
- SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000100010>.
- TADA, I. N. C. et al. Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 65-69, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000100008>.

---

## Contribuição dos Autores

José Médice: concepção, organização de fontes, análises e redação do texto. Fabiana Cristina Frigieri De Vitta e Alberto De Vitta: concepção do texto, organização de fontes, análises, redação do texto e revisão. Marta Helena Souza De Conti: organização de fontes, análises, redação do texto e revisão. Leandro Osni Zaniolo: redação do texto e revisão. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

## Notas

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Odontologia, área de concentração Saúde Coletiva. Universidade Sagrado Coração, Bauru-SP.